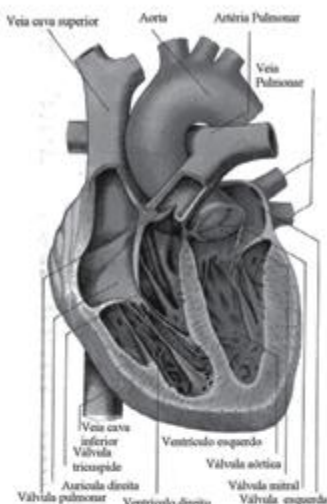


Doença cardiovascular pesa mais em Portugal



Os custos das doenças cardiovasculares são maiores em Portugal do que noutros países europeus, “especialmente porque a incidência de AVC continua a ser mais alta, disse ao DN João Morais, médico cardiologista. Dados de um estudo europeu de 2005 mostram que, em média, os países despenderam 372 euros per capita com estas doenças, mas o especialista acredita que, à sua proporção, Portugal terá gastos superiores.

Em 2006, contaram-se cerca de 50 mil casos de acidente vascular cerebral no País, metade dos quais fatais. Quando não mata, a doença é “extremamente debilitante e tem custos elevados directos e indirectos”, diz o membro da direcção da Sociedade Portuguesa de Cardiologia.

O coordenador do Programa Nacional de Prevenção e Controlo das Doenças Cardiovasculares, Ricardo Seabra-Gomes, disse ao DN que os indicadores têm melhorado. “De 2004 para 2005, a mortalidade por doença isquémica desceu 20%, de 16 para 12 mortes por 100 mil habitantes abaixo dos 65 anos.” A morte por AVC decresceu 11,5%, de 13,1 para 11,6 casos por 100 mil.

Apesar de os números estarem a melhorar, as doenças do aparelho circulatório continuam a ser responsáveis por 34% das mortes em Portugal e são a principal causa

de morte também na Europa. De forma a combater este problema, a Sociedade Europeia de Cardiologia elaborou a Carta Europeia para a saúde do coração, um documento assinado também pela homóloga portuguesa.

O objectivo da carta, a aprovar pelos Estados membros da UE ainda este ano, é informar a população sobre este problema, “mas também influenciar o Governo a implementá-la”, frisa João Morais. Um dos objectivos será “divulgar a carta juntos dos médicos. Até ao final do ano, esperamos que as administrações regionais de saúde e os centros de saúde já tenham conhecimento”.

Mais tarde, o alvo será o público, sobretudo “estudantes do ensino superior ou em idades associadas a alguma consciência”. O ataque será dirigido ao tabaco, à alimentação incorrecta e ao sedentarismo. “Esperamos que até 2008 saia uma decisão com impacto”, afirma. Exemplos seriam “a criação de espaços de lazer e de exercício físico para jovens, a proibição de alimentos lesivos nas escolas ou a abolição, em definitivo, do tabaco, em escolas e hospitais”.

Seabra-Gomes refere que, “se a carta for subscrita, os países terão obrigação de a cumprir”. Para o responsável, várias entidades “podem unir-se para sensibilizar e para que se poupem vidas e recursos”.